

PERMANÊNCIA X EVASÃO NA UNIVERSIDADE DE GURUPI

Me. Tânia Maria Lago ☎ 0000-0001-5000-7997

Universidade de Gurupi

Dra. Lina Maria Gonçalves ☎ 0000-0002-9859-1309

Universidade do Estado de Minas Gerais

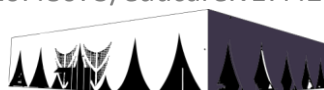
RESUMO: A evasão é um grave problema nas Instituições de Ensino Superior (IES) demandando ações de assistência estudantil. Este estudo analisou os motivos das desistências estudantis e a relação com os programas de assistência desenvolvidos pela Universidade de Gurupi (UnirG), no período 2013 a 2019. Trata-se de um estudo de caso, realizado a partir de pesquisa documental (projetos, atas, relatórios do PDI, relatórios, editais e dados da central acadêmica) com abordagem qualitativa. Os dados quantitativos foram tabulados em quadros e analisados por meio de estatística descritiva. Os dados qualitativos foram submetidos à análise de conteúdo em duas categorias. O cenário da assistência estudantil na UnirG revelou a existência de vários programas para apoio aos estudantes, porém desarticulados entre si, o que indica a necessidade de monitoramento e avaliação das ações de assistência estudantil desenvolvidas na instituição. Quanto aos motivos das desistências, os resultados não são conclusivos, pois muitos dos formulários de desligamento não traziam esse registro, o que impediu a coleta de importantes dados para a gestão da permanência. Entretanto a “não identificação e perda de interesse pelo curso” foi fator recorrente nos motivos apresentados por evadidos de diferentes cursos, o que reforça a importância da articulação dos setores para acompanhamento dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Evasão-permanência; Assistência estudantil.

PERMANENCE X EVASION AT THE UNIVERSITY OF GURUPI

ABSTRACT: Evasion is a serious problem in Higher Education Institutions (HEIs) requiring student assistance actions. This study analyzed the reasons for student dropouts and the relationship with the assistance programs developed by the University of Gurupi (UnirG), from 2013 to 2019. This is a case study, based on documentary research (projects, minutes, PDI reports, reports, notices and data from the academic center) with a qualitative and quantitative approach. Quantitative data are tabulated in tables and analyzed using descriptive statistics. Qualitative data were submitted to content analysis in two categories. The student assistance scenario at UnirG revealed the existence of several programs to support students, however disjointed among themselves, which indicates the need for monitoring and evaluation of student assistance actions developed at the institution. As for the reasons for dropping out, the results are not conclusive, as many of the termination forms did not have this record, which prevented the collection of important data for the management of permanence. However, the “non-identification and loss of interest in the course” was a recurring factor in the reasons presented by dropouts from different courses, which reinforces the importance of the articulation of sectors for monitoring students.

KEYWORDS: University education; Evasion-permanence; Student assistance.



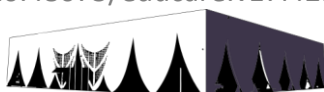
1 INTRODUÇÃO

Assistência estudantil pode ser definida a partir de sua finalidade, que, para Vasconcelos (2010, p. 8) é “prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico”. No cenário da Educação Superior Brasileira existem políticas de assistência estudantil destinadas aos estudantes de baixa renda, constituídas como direito social a partir dos anos 90. Nesse sentido, a assistência estudantil refere-se ao conjunto de ações governamentais voltadas para o propósito de redução das desigualdades sociais (ASSIS, 2013).

Importante estabelecer diferenciação entre “assistencialismo” e “assistência estudantil”, expressões que parecem sinônimos, mas em cujo viés de diferenciação, está a concepção de um direito social, em oposição à ideia de recebimento de um favor. Proporcionar aos estudantes os recursos necessários para superação dos obstáculos na trajetória acadêmica, diminuindo os trancamentos de matrículas e índices de evasão (VASCONCELOS, 2010) é um dever do estado e direito do estudante. E o apoio na superação de tais obstáculos pode ser o diferencial entre a evasão e a permanência do estudante, até a conclusão do curso.

Neste cenário, as políticas de assistência estudantil visam a permanência dos alunos no ensino superior e preconizam como alvo os estudantes das universidades públicas. Entretanto, as instituições privadas também possuem programas com objetivo de diminuir a evasão universitária, pois ela afeta a saúde financeira das instituições, além de ser quesito crucial na avaliação institucional.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) considera as políticas de atendimento ao estudante como importante indicador na avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas, ou seja, independente da natureza jurídica da instituição uma das variáveis avaliadas é como os estudantes são cuidados em suas vulnerabilidades.

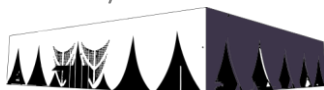


Portanto, é relevante analisar como as instituições tem implementado suas políticas de assistência estudantil, pois estas, quando implantadas e monitoradas, podem trazer resultados significativos na melhoria da permanência estudantil. Ferreira (2018) destaca a importância do constante estudo e diagnóstico institucional para atender aos estudantes em suas necessidades.

Cabe destacar que as reflexões teóricas sobre a Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior Brasileiro, geralmente são baseadas em estudos em universidades públicas, tendo em vista a raridade destes em universidades privadas. Considerando tal escassez de estudos e que a preocupação com assistência aos estudantes pôde ser constatada na análise prévia dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UnirG é que se constituiu o objeto da presente pesquisa, com o intuito inicial de analisar os motivos de desistência nos diversos cursos de graduação, ofertados pela IES, visando contribuir para o entendimento e aperfeiçoamento das ações institucionais de assistência estudantil para garantir a permanência de seus estudantes.

Destaca-se que a UnirG é uma instituição importante para o desenvolvimento regional, no tocante a educação superior da rede privada, com destaque no cenário local, mas de abrangência estadual e nacional, visto que é procurada por jovens de todo o país. Ao longo de sua história diversos programas foram implantados com o propósito de atender ao estudante em suas necessidades, com foco no atendimento àqueles com maior vulnerabilidade econômica e social. No seu PDI- 2017-2021 uma das metas identificadas é “ampliar a permanência dos estudantes, diminuindo os índices de evasão, para que possam concluir sua graduação”. E este parece ser um dos grandes desafios, não só da UnirG, mas da maioria das IES brasileiras, após a democratização. Entende-se que o acesso ao ensino superior é apenas uma parte dessa democratização, pois perde seu valor quando o estudante não permanece e conclui a graduação.

Diante dessa problemática, o presente estudo norteou-se pelas seguintes questões: Quais cursos têm a permanência dos estudantes afetada e por quais



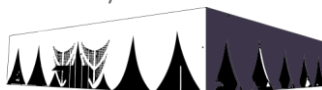
motivos? Como as ações de assistência estudantil podem ser aperfeiçoadas visando a permanência dos estudantes? Assim, o presente artigo apresenta e analisa os motivos alegados pelos estudantes no momento da desistência, em formulários preenchidos no período de 7 (sete) anos (2013 a 2019). Este período abrange a transição da UnirG de Centro Universitário (final de 2012) para Universidade (final de 2018). Dentro desse período a instituição buscou aperfeiçoar suas ações visando atender aos quesitos da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), entre elas a dimensão IX, que trata das políticas de atendimento ao discente, conforme descrito no PDI (2012 a 2016).

Desse modo, analisar os principais motivos alegados pelos 1350 alunos que desistiram de seus estudos na UnirG, em Gurupi, Tocantins, no período em pauta, pode apresentar dados que sirvam de referência na proposição de futuras intervenções junto aos estudantes com vulnerabilidade à evasão universitária.

2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O OPOSTO COMPLEMENTAR EVASÃO X PERMANÊNCIA

Segundo Reche (2018, p. 8), assistência estudantil “tem como finalidade prestar um apoio aos alunos que se encontram em condições de fragilidade socioeconômica, e que se apresentam, portanto, como potenciais casos de evasão estudantil”. Já Assis (2013) descreve que é algo que ultrapassa o atendimento às carências materiais e financeiras do estudante. Assistir a um estudante é proporcionar-lhe o acesso às vantagens sociais, como saúde (física e psicológica), esporte, lazer, moradia digna, transporte e cultura, principalmente ter ações que minimizem as desigualdades sociais, impostas pela pobreza. O estudante precisa sentir o apoio de sua instituição para as mais variadas questões de sua existência.

Concordando com Assis (2013), Vasconcelos (2010) destaca a importância da assistência ao estudante. Estes autores fazem referências às pesquisas da temática, principalmente envolvendo estudos sobre a avaliação, monitoramento e



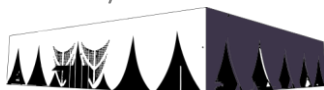
impacto das políticas de assistência estudantil. Vasconcelos denuncia que este é um tema pouco estudado, apesar da importância que representa no ensino superior.

As pesquisas de Zago (2006) e de Portes (2006), sobre a trajetória de estudantes de camadas populares no ensino superior relacionam as desigualdades sociais com a dificuldade de permanência, devido a discriminação e constrangimentos que passam os estudantes com vulnerabilidade econômica. Os motivos da evasão podem ser múltiplos e complexos, não superados pelo assistencialismo, mas por uma assistência integral, como direito social e não como doação.

Assim, antes de prosseguir com a abordagem da assistência estudantil, cabe explicitar alguns conceitos. O conceito de evasão no ensino superior, de acordo com o Ministério da Educação (1996), consiste na saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa. Então não se refere a trancamentos de matrícula ou afastamentos temporários do curso, com retorno posterior.

Outra distinção fundamental, que não pode ser esquecida é entre assistência e assistencialismo, já mencionada na introdução deste trabalho. Quando estudiosos alegam a necessidade de ampliação da assistência estudantil, referem-se à garantia de direitos de igualdade de condições quanto aos recursos necessários à graduação. Todos que ingressam em um curso superior têm o direito de permanecer na universidade até concluí-lo, mas não é o que geralmente ocorre. O Mapa do Ensino Superior no Brasil 2019, mostra que, apesar de estar diminuindo, a perda de estudantes brasileiros nos cursos de graduação em 2018, foi de 25,9% na modalidade presencial e de 34,3% na modalidade a distância (SEMESP, 2019).

Neste cenário a assistência estudantil, como parte de uma política social pública tem importante papel e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) representa a política em vigor. Ele executa, em âmbito público, assistência em termos de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital,

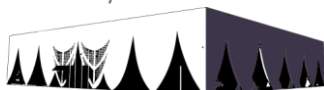


cultura, esporte, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação e a creche, com o fim de garantir direitos sociais de igualdade e cidadania. Apesar de criticar a lógica privada do ensino, Correio (2019) defende que tais ações sejam desenvolvidas em instituições privadas, nos mesmos moldes estadunidenses.

Um aspecto importante a ser considerado na transposição dos princípios da política de assistência estudantil da rede pública para a privada é o perfil dos estudantes. Aliás dentro de uma mesma rede ocorrem modificações neste perfil, tanto em uma mesma localidade com o passar do tempo, quanto de uma localidade para outra. Em estudo realizado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Ferreira (2018) concluiu que no período de 2012 a 2014 ocorreram mudanças no perfil dos estudantes e foram necessárias adequações específicas nas ações de assistência para atender às suas necessidades. Dessa forma, o autor chama a atenção para necessidade de constante atualização do diagnóstico institucional. Ou seja, o monitoramento e avaliação constantes são fundamentais para o sucesso das ações de assistência estudantil. Dados das avaliações das ações de assistência estudantil podem, inclusive, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas do setor.

Sobre esta questão Chiari (2012) argumenta que não há definição única para a avaliação de políticas públicas, assim como não há um conceito único para políticas públicas. Toda avaliação tem seus propósitos e, segundo o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a finalidade da avaliação de uma política pública é verificar se os objetivos estão sendo alcançados, sua eficiência, sua efetividade e os impactos no desenvolvimento.

Portanto, a avaliação de uma política pública é importante para obter informações sobre as ações desenvolvidas e para direcionar o processo de tomada de decisões (CHIARI, 2012). É necessário avaliar e fazer a gestão de informação e



conhecimento, como o mapeamento dos fluxos formais de informação, a coleta, análise e armazenamento das informações (TERENCIANO; SALIÃO; PEDRO, 2018).

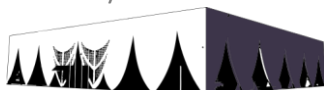
Nesta perspectiva é que se encontra a pertinência deste estudo, que busca contribuir para a gestão da permanência, com dados para avaliação e monitoramento das ações de assistência estudantil na UnirG. Para tal, a pesquisa foi desenvolvida a partir dos procedimentos descritos, a seguir.

3 METODOLOGIA

Foi adotada uma abordagem quali-quantitativa, que de acordo com Flick (2004) contribui para o controle de vieses (métodos quantitativos) com compreensão, a partir dos agentes envolvidos na investigação (métodos qualitativos). Nessa abordagem é possível agregar a identificação de variáveis específicas (métodos quantitativos) com uma visão global do fenômeno (métodos qualitativos).

Do ponto de vista procedimental, esta pesquisa constitui-se em um estudo de caso, que segundo Yin (2005) é uma importante estratégia metodológica no campo da ciência social aplicada, ao permitir um aprofundamento do fenômeno estudado e a revelação de nuances. O estudo em questão teve como objeto os motivos das desistências na Universidade UnirG, no período citado (2013 a 2019), quais os cursos mais afetados, bem como entender as necessidades de assistência estudantil. O estudo de caso se desenvolveu em três fases:

Fase exploratória – Este trabalho representa a continuidade da pesquisa realizada no mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins, concluído em 2018. Naquele momento foram analisados, em documentos institucionais e em relatórios dos programas de assistência ao estudante, a abordagem dada à assistência estudantil. Também foram levantados dados sobre a evasão nos diferentes cursos, no referido ano. À época a pesquisa obteve o consentimento da reitoria, e, após conclusão foi ampliada com o



desenvolvimento de projeto apresentado e aprovado pela instituição, a partir da submissão ao Edital de Seleção de Projetos de Pesquisa 02/2018, cujos resultados são apresentados no presente artigo.

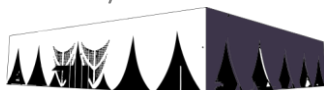
Neste novo projeto a coleta de dados se retroagiu ao ano de 2013 chegando até o ano de 2019, visando abranger todo o período de transição da UnirG de Centro Universitário para Universidade.

Fase de coleta dos dados - Como técnica para coleta de dados definiu-se por manter a utilização da pesquisa documental, acompanhada da pesquisa bibliográfica, que se fez presente em todas as fases do trabalho e permitiu a construção do aporte teórico para fundamentar cientificamente a interpretação dos dados.

A coleta de dados empíricos, em documentos institucionais, com destaque aos da Central Acadêmica e da Secretaria Geral, se organizou nos seguintes passos:

- Análise dos documentos institucionais (PDI, relatórios de autoavaliação e relatórios periódicos dos setores envolvidos com serviços de apoio aos estudantes).
- Solicitação à Secretaria Geral de acesso aos formulários de requerimento de desistência dos cursos, no período em pauta.
- Identificação de 1.350 formulários de desistência, guardados no arquivo físico da Secretaria Geral, em caixas de arquivo morto contendo pastas nomeadas dossiê do aluno.
- Leitura prévia dos requerimentos e transcrição dos motivos individuais expressos pelos desistentes. Estes foram transcritos na íntegra para uma lista organizada por curso, garantindo a preservação das identidades dos evadidos.

Fase de análise sistemática dos dados: Para a análise quantitativa os dados foram tabulados em quadros e analisados por meio de estatística descritiva. Quanto aos dados qualitativos, a análise de conteúdo começou pela organização de



todo o material coletado, seguida da leitura e releitura seguidas do processo de categorização, como apresentado, a seguir:

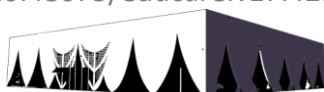
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos motivos de desistência na UnirG e sua relação com as ações de assistência estudantil, para a permanência, está organizada em 2 (dois) eixos ou categorias: 1) Assistência Estudantil e Evasão 2) Permanência: a Importância da Avaliação e Monitoramento.

4.1 Assistência Estudantil e Evasão

Ao longo do período estudado (2013 a 2019) percebe-se que as ações de assistência estudantil evoluíram na instituição, sendo mencionadas nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) desde 2008. Em cada plano foram identificadas metas para melhoria da assistência estudantil, culminando com a criação da Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos e Assistência Estudantil, em 2019.

No período foram criados setores e programas para prestar apoio psicopedagógico aos estudantes, dentre eles, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), Atendimento Educacional especializado (ATENDEE) e o Laboratório de Tecnologia Assistiva UnirG (Laptau) para o acesso e participação de estudantes com deficiência, além do Serviço Escola de Psicologia (SEPSI). O apoio financeiro é descrito no PDI e também no relatório de autoavaliação da UnirG (2012-2014) onde é analisado como “política de responsabilidade social” com vistas a proporcionar igualdade de condições para o acesso e permanência dos estudantes. Assim, são ofertadas bolsas de estudos, acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e ao Programa de Financiamento Estudantil da Fundação UnirG (CrediUnirG), além de outros benefícios, como o desconto de



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

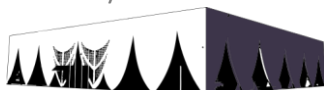
30% para servidores da rede municipal e uma tabela de descontos na mensalidade para pagamentos realizados até o dia 10 de cada mês.

No entanto, mesmo com estas ações de assistência estudantil a pesquisa constatou que, no período de 2013 a 2019, 1350 estudantes desistiram de seus cursos (QUADRO 1).

Quadro 1- Número de desistentes, por curso (2013-2019)

CURSOS/ANOS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL NO PERÍODO
Administração	14	14	7	8	9	02	2	56
Ciências da Computação	4	5	3	1	0	0	0	13
Ciências Contábeis	9	9	6	4	8	9	7	52
Comunicação Social-Jornalismo	1	1	0	0	3	6	0	11
Direito-Matutino	20	6	25	13	19	31	20	134
Direito-Noturno	13	3	15	1	9	20	15	76
Educação Física-Bacharelado	4	0	5	2	7	4	12	34
Educação Física - Licenciatura	3	1	3	3	4	2	18	34
Enfermagem	17	12	11	9	19	14	5	87
Engenharia Civil-matutino	Curso não existia	1	4	5	10	5	1	26
Engenharia Civil-Noturno	Curso não existia	9	5	15	12	8	10	59
Farmácia Integral	6	5	1	0+	10	12	12	46
Farmácia-Noturno	Curso não existia	Curso não existia	1	3	5	0	0	9
Fisioterapia-Integral	7	2	0	0+	6	8	6	29
Fisioterapia Noturno	0	2	2	2	0	0	0	6
Letras	5	2	2	0+	1	5	5	20
Medicina	10	17	22	16	19	14	23	121
Odontologia	34	57	29	18	6	7	4	155
Pedagogia	8	5	3	2	0	0	9	27
Psicologia	11	5	12	2	7	4	6	47
Sistemas para Internet		2	1	4	0	0	0	7
Total Geral	166	158	157	108	154	151	156	1.350

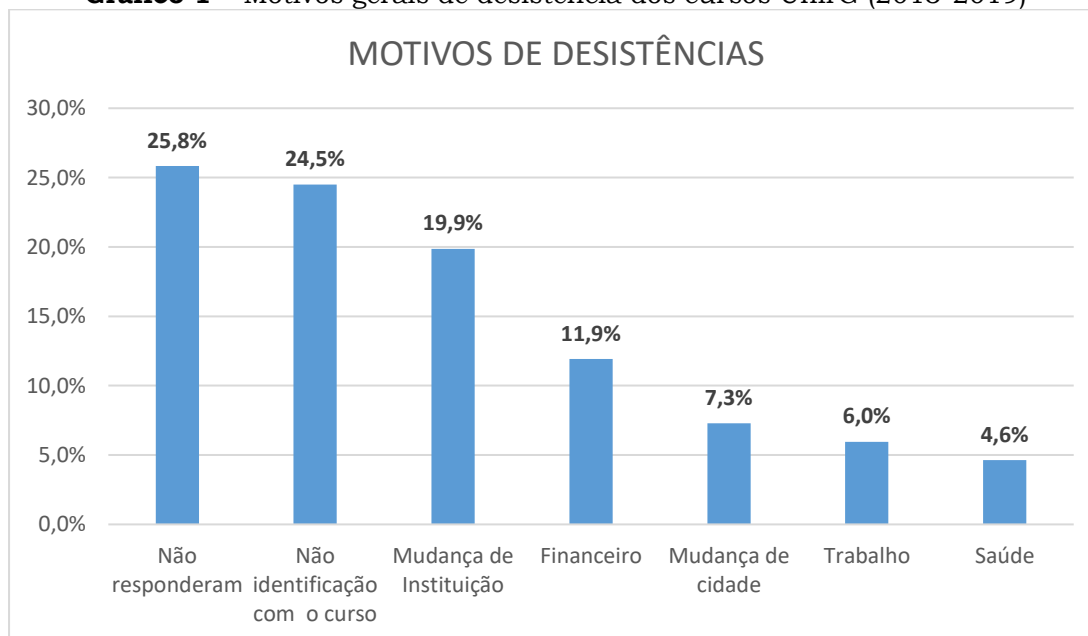
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019).



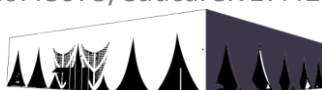
A leitura do quadro 1 mostra que os cursos com maior número de desistências foram os de Odontologia, Direito Matutino e Medicina. No entanto importante observar a significativa queda de desistências ao longo dos anos no curso de Odontologia, que teve maior incidência no ano de 2014 (57) e a menor em 2019 (4). Já os cursos com menor número de desistências foram os de Sistemas para internet e os cursos noturno de Fisioterapia e Farmácia.

Observa-se, também, que o número de desistências se manteve estável no decorrer dos anos, não havendo mudança significativa, exceto em 2016, que apresentou uma queda de aproximadamente 50 casos. Por outro lado, 2013 foi o ano com maior número de desistências, embora a variação seja de menos de 10% em relação aos demais anos. Os motivos das desistências estão sistematizados no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Motivos gerais de desistência dos cursos UnirG (2013-2019)



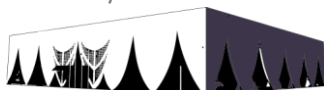
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019).



Inicialmente cabe destacar que nos anos de 2013 e 2014, os formulários não tinham o campo para ser preenchido o motivo da desistência, e que, mesmo após sua inserção, por vezes ele é deixado em branco. Dos formulários completos, pode-se identificar como principais motivos, a não identificação ou a perda de interesse pelo curso, as mudanças de instituição, os problemas financeiros, as mudanças de cidade, a incompatibilidade dos estudos com o trabalho e problemas de saúde. Mas os dados não mostram, de forma conclusiva, um motivo preponderante causador das desistências identificadas.

Esse fato revela a principal fragilidade nas ações de assistência estudantil, visto que até o ano de 2018, o ato de desistência ocorria diretamente na central acadêmica como mero ato administrativo, com o preenchimento do referido formulário. Entende-se que dados importantes foram perdidos e que estes poderiam servir de ponto de partida para a prevenção da evasão estudantil. Corroboram estas inferências, a pesquisa realizada por Ferreira (2018) na Universidade Federal da Bahia. Em suas considerações o autor destaca a importância de a instituição manter atualizado o diagnóstico da assistência estudantil, para que possa atender aos estudantes em suas necessidades e evitar a evasão.

O que se pode afirmar é que, na amostra analisada, o motivo financeiro, ao contrário do que dita o senso comum, não foi a principal causa das desistências da Unigr. Por outro lado, as mudanças de instituição, a não identificação com o curso e a perda de interesse foram os fatores que se destacaram como causas da evasão. Para melhor entender a ocorrência destas causas, os motivos foram analisados por curso, buscando os dois mais mencionados, que foram classificados como o primeiro e o segundo motivos cruciais para a desistência no curso (QUADRO 2).



Quadro 2 – Dois motivos mais alegados como causa para a desistência, por curso

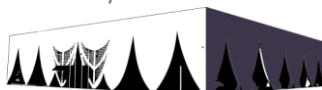
N	CURSOS	PRINCIPAL MOTIVO	SEGUNDO MOTIVO
1	Ciências Contábeis	Vida Profissional	Finanças
2	Direito	Não identificação/perda de interesse pelo curso	Outros
3	Educação Física	Outros	Mudança de cidade
4	Enfermagem	Outros	Vida Profissional
5	Engenharia Civil	Mudança de cidade	Finanças
6	Farmácia	Finanças	Não identificação com o curso
7	Fisioterapia	Finanças	Outros
8	Jornalismo	Mudança de cidade	Saúde
9	Letras	Mudança de cidade	Outros
10	Medicina	Mudança de IES	Mudança de Cidade
11	Odontologia	Mudança de cidade	Outros
12	Pedagogia	Mudança de cidade	Outros
13	Psicologia	Saúde	Mudança de cidade
14	Sistemas p/internet	Outros	Outros

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019).

Corroborando os resultados globais, as mudanças de cidade aparecem como primeiro motivo para 5 dos 14 cursos e como segundo motivo para outros 3 cursos. Especialmente no caso do curso de Medicina, dados coletados por meio de comunicação verbal¹ com profissionais que atuam no NAP, dão conta de que a maior parte das desistências ocorre quando o estudante passa em uma IES pública. Este, portanto, é um tipo de evasão considerado positiva, pois o estudante não evadiu de fato, somente trocou de instituição.

Nos cursos de Farmácia e Fisioterapia as finanças aparecerem como principal motivo para as desistências e como segundo motivo para os cursos de Engenharia Civil e Ciências Contábeis. Isso mostra que, apesar de não ser o principal motivo geral, deve ser observado com mais rigor, especialmente nestes cursos.

Outro ponto relevante refere-se ao curso de Direito que figura entre os 3 com maior evasão e apresenta como primeiro motivo da desistência a “não identificação e a perda de interesse pelo curso”. Vale investigar tais ocorrências, pois se esse



desinteresse for ligado a causas internas à IES, referentes, por exemplo, aos recursos humanos, a aspectos didático-pedagógicos ou à infraestrutura, existem boas chances de reversão, se identificadas precocemente.

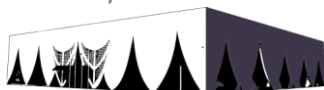
Corroboram esta análise a pesquisa de Davok e Bernard (2016). Os autores destacam que as causas da evasão podem estar tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo das instituições, como também podem estar relacionadas a questões pessoais referentes à vocação e a outros problemas de ordem pessoal. Somente esses últimos não são facilmente contornados.

4.2 Permanência: a importância da Avaliação e Monitoramento

Na análise dos relatórios do PDI da UnirG, a redução da evasão é mencionada como um grande desafio institucional. Assim a Gestão da Permanência é parte importante da nova visão da UnirG, uma visão focada na diminuição do encolhimento de matrículas e das taxas de evasão, conforme PDI do período 2017-2021 (GURUPI, 2017). Os motivos apresentados pelos estudantes, para a desistência, podem servir de referência para o direcionamento das ações visando sanar esses problemas.

Cabe destacar que as mudanças de cidade e de curso estão fora do alcance da instituição, ou seja, não é possível intervir para amenizá-los. Entretanto, outro motivo importante apontado por estudantes desistentes é o de não identificação ou perda de interesse pelo curso. Entende-se que este pode ser um campo de atuação dos vários programas na UnirG entre eles o NAP.

E a Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos e Estudantis, recentemente implantada, parece atenta à necessidade acolher o estudante e atuar preventivamente, ainda no primeiro semestre de sua vida acadêmica. Além disso, são necessários estudos sobre os fatores que levam a essa “não identificação”. Nesse sentido, a partir dos resultados da pesquisa anterior, mencionada na metodologia, foi construído um novo formulário de desligamento, bem como a

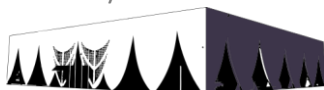


indicação de que, aliado às ações preventivas, nos casos da impossibilidade da permanência, a entrevista de desligamento seja realizada pelos setores de apoio aos estudantes.

Assim, durante todo o ano de 2019, paralelamente a esta pesquisa, ocorreram as atividades do “Projeto de Extensão: Assistência Estudantil”. Em plantão semanal de estagiários do curso de Psicologia, sob orientação da primeira autora, foram realizadas entrevistas de desligamento com todos os estudantes desistentes (112 no primeiro semestre e 44 no segundo semestre). Embora o quantitativo anual tenha se mantido na média dos anos anteriores, houve uma queda de mais de 50% do primeiro para o segundo semestre.

Cabe destacar que no primeiro semestre, 97 das desistências formalizadas ocorreram entre os meses de fevereiro e março, antes de iniciar as atividades do referido projeto de extensão. Os motivos apresentados foram os mesmos dos anos anteriores: em primeiro lugar mudança de instituição, seguido pela não identificação e perda de interesse pelo curso. Tais fatores ou fenômenos podem ser melhor entendidos se acompanhados ao longo do período em que ocorrerem. Corroborando com tal análise a pesquisa de Mercuri, Moran e Azzi, (1995), para quem a proximidade da observação com a ocorrência dos fatores que influenciam a evasão do estudante, permite melhor conhecer seu caráter linear ou episódico. Ou seja, para a gestão da permanência é relevante entender não apenas o fato ou mudança que ocorreu, mas também quando ocorreu. Assim é possível a tomada de decisão e intervenção em tempo para evitar a evasão.

Nesse sentido, as entrevistas de desligamento realizadas pelos estagiários de Psicologia, sob orientação do setor responsável, repercutem em novo fluxo para o atendimento aos estudantes uniguenses. Entende-se que este é um pequeno passo, mas que pode contribuir para a gestão da permanência, visto que ao conhecer os motivos que levam os estudantes à evasão é possível à instituição tomar medidas e trabalhar em suas fragilidades com vistas a permanência, se não deste, pelo menos de outros estudantes em condições similares.



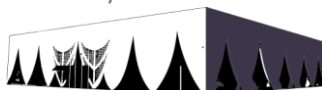
Outra mudança implantada foi o retorno do formulário preenchido aos coordenadores de curso, para ciência sobre os motivos de desligamentos de seus alunos. Antes ele era arquivado logo após o preenchimento. Outro ponto, que se encontra em fase de implantação é a informatização dos relatórios de evasão, na plataforma institucional – Sistema Integrado de Ensino (SEI), assim como informatização e ampla divulgação das ações de sua prevenção, desenvolvidas pelo NAP, ATENDEE, Labtau e do SEPSI.

Corroboram com tais resultados e inferências, os constructos teóricos de Chiari, (2012) e de Terenciano, Salião e Pedro, (2018), que destacam a necessidade de avaliar e fazer a gestão de informação, como o mapeamento dos fluxos formais de informação, a coleta, análise e armazenamento das informações.

A análise dos documentos institucionais revela que a UnirG conta com setores capazes de desenvolver ações de prevenção à evasão escolar e a melhoria da permanência. Entretanto, o que pode ser observado é que cada setor vinha trabalhando, de maneira isolada. Assim, embora o objetivo de cada um seja prestar auxílio aos estudantes, nem sempre suas ações desarticuladas convergiam para este fim. Devido a essa dificuldade de integração parece que programas como o FIES e CrediUnirG, ainda são considerados como as únicas ações de assistência estudantil. Tais programas são importantes, mas insuficientes, como confirma Assis (2013) ao argumentar que a assistência estudantil ultrapassa o atendimento às carências materiais e financeiras do estudante. Ou seja, o estudante com vulnerabilidade econômica e social tem o direito de ser amparado em todos os sentidos para a permanência e conclusão de seus estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação dos motivos de desligamento dos estudantes da UnirG: mudança de cidade, motivos de saúde, mudança de IES, motivo financeiro, falta ou perda de interesse pelo curso e vida profissional, dentre outros. E,

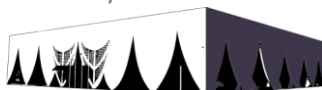


especialmente, a constatação da metodologia adotada para preenchimento dos formulários de desligamento que gerou preenchimentos de forma incompleta, armazenamento dos formulários sem nenhuma análise e tomada de decisões, revelaram a urgência de implantação de um processo de monitoramento e avaliação das ações de assistência estudantil.

A pesquisa também explicitou a necessidade de ampliação da proposta de assistência estudantil na UnirG, por meio da articulação e sistematização das ações dos diferentes setores e programas, como uma política institucional. Na medida que tais ações forem articuladas será facilitada a realização de seu monitoramento e avaliação, o que se mostra como fundamental para a gestão da permanência.

Como a recém criada Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos e Estudantis (PROEXTE) acampou a gestão da Política de Assistência Estudantil na UnirG, parece que a instituição está em curso para o alcance da meta de organizar as informações sobre a assistência dos estudantes para monitorar e avaliar os processos. Desta forma, o acompanhamento dos estudantes desde sua chegada, permitirá identificar, ainda no primeiro semestre, os estudantes com perfil de vulnerabilidade sócio econômica, dentre outras e encaminhá-los, em tempo hábil, aos respectivos programas de apoio. Entretanto, até o momento de fechamento desta pesquisa não foram encontrados a inclusão dos motivos de desligamento dos alunos na plataforma SEI, que todos os professores e colaboradores têm acesso e os registros continuam sendo realizados manualmente.

As ações desenvolvidas no bojo do “Projeto de Extensão: Assistência Estudantil”, representam um ponto de partida para as mudanças necessárias. Destaca-se que são ações simples que precisam ser desenvolvidas de forma contínua. Assim, recomenda-se sua continuidade aliada à implantação articulada de novas medidas pelos setores que têm o papel de prestar de apoio aos estudantes na UnirG. Reforça-se que esta articulação e o monitoramento e avaliação constituem a parte deficitária na assistência ao estudante unirguense. Portanto

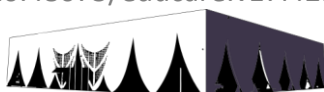


necessita ser aperfeiçoada para que se feche o ciclo da política institucional de assistência estudantil, visto que evasão e permanência representam as duas faces de uma mesma moeda, assim, desvelar as causas da primeira pode ser o primeiro passo para investir na promoção da segunda.

Por fim, como proposta para pesquisas futuras sobre a temática, recomenda-se a realização de estudos longitudinais, que permitirão acesso aos fatores que afetam a permanência/evasão, no momento em que estão exercendo seus efeitos, propiciando uma visão mais clara da complexa interação de fatores.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. C. Assistência estudantil na política de Educação Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 44-63, ago. Disponível em: <https://seer.imes.edu.br/index.php/REBES/article/view/2413>. Acesso em: 06 mai. 2020.
- ASSIS, A. C. L. de. **Desafios e possibilidades da política de Assistência Estudantil da UFJF**. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.
- BALL, S. J. **Educational reform: a critical and post structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/reference/45635>. Acesso em: 06 nov. 2017.
- BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011
- BOWE, R.; BALL, S. WITH GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, 2010. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 18 jul. 2017.



BRASIL, Ministério da Educação e cultura. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Avaliação:** Revista de rede de avaliação institucional da educação superior. Campinas, v. 1, n. 2, p. 55-65, dez. 1996.

CHIARI, J. Avaliação de Políticas Públicas. In: CASTRO, C. L. F. de, et al. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUemG, p.42-46, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Assistente Social:** Um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

DAVOK, D. F.; BERNARD, R. P. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas, v. 21, n. 2, p. 503-522, 2016.

FARENZENA, N; LUCE, M. B. Desenvolvendo Capacidade para Monitorar e Avaliar: O Caso da Sagi/MDS. In: MADEIRA, L. M. et al. **Avaliação de Políticas Públicas**. UFRGS/CEGOV, 2014.

FERREIRA, A. M. S. dos A. **Caracterização da Assistência Estudantil na Universidade do Estado da Bahia na perspectiva do Censo da Educação Superior**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Campus I. 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. São Paulo: Artmed, 2009.

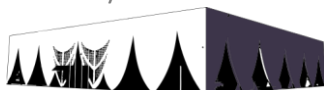
GIL A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas; 2008.

GURUPI, CENTRO UNIVERSITÁRIO UnirG. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, Gurupi: UnirG, 2012-2016.

GURUPI, CENTRO UNIVERSITÁRIO UnirG. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, Gurupi: UnirG, 2017-2021.

GURUPI, CENTRO UNIVERSITÁRIO UnirG. **Relatório da Comissão Permanente de Avaliação**. CPA, Gurupi: UnirG, 2014.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2019**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2019/>. Acesso em: 20 jan. 2020.



MERCURI, E.; MORAN, R. C.; AZZI, R. G. **Estudo da evasão de curso no primeiro ano da graduação de uma universidade pública estadual**. São Paulo: NUPES, 1995.

PORTES, E. A. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/36>. Acesso em: 17 out. 2009.

RECHE, C. H. **O Programa de Assistência Estudantil e suas Relações com Indicadores do Corpo Discente**: Estudo de Caso do Instituto de Ciência e Tecnologia de Sorocaba (ICTS), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2018. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Federal de São João del-Rei. 2018.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos/ Leonardo Secchi. 2 ed. São Paulo: Congage Learning, 2013.

SECCHI, L., ZAPPELLINI, M. Os clássicos da Política Pública: concentração e isolamento das comunidades epistêmicas do Brasil, EUA e União Europeia. **NAU Social**. América do Norte, 7, dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/593/462>. Acesso em: 03 out. 2017.

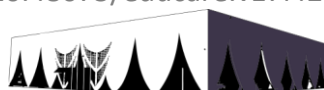
SINAES. **Roteiro de Autoavaliação Institucional**: Orientações Gerais. Brasília: INEP, 2004.

TERENCIANO, F.; SALIÃO, A.; PEDRO, Z. Uso da Gestão da Informação e do Conhecimento na Avaliação da Política Pública de Assistência Estudantil: Algumas Questões Teóricas e Empíricas. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 7, n. 14, p. 49-62, jan. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4718/471857004004/471857004004.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2020.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil. **Revista da Católica**. Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399- 411, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de



Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

AGRADECIMENTOS

À Unirg, pelo apoio e financiamento do projeto de extensão e aos estagiários, que desempenharam importante papel no desenvolvimento da pesquisa e extensão.

Recebido em: 22-06-2022

Aceito em: 05-09-2022

ⁱ Informação verbal da coordenadora do NAP em 20/10/2018

